

LUIZ EDUARDO SOARES

Rio de Janeiro

Histórias de vida e morte



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2015 by Luiz Eduardo Soares

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Retina_78

Preparação

Mariana Delfini

Revisão

Renata Lopes Del Nero

Adriana Bairrada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Soares, Luiz Eduardo

Rio de Janeiro : Histórias de vida e morte / Luiz Eduardo
Soares. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

ISBN 978-85-359-2626-2

1. Corrupção na política — Rio de Janeiro (RJ) 2. Política
e governo 3. Relatos I. Título.

15-05935

CDD-364.13238153

Índice para catálogo sistemático:

1. Rio de Janeiro : Estado : Corrupção política : Problemas sociais
364.13238153

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Introdução — Rio de Janeiro: A grande guerra contra o clichê, 9

1. Tiros na madrugada, 16
2. Linha Vermelha, 41
3. Você está proibido de morrer, 65
4. Mangueira, quinze anos depois, 104
5. “Don’t be lazy”, 127
6. A mulher incomum, 155
7. É tanta coisa que nem cabe aqui, 186
8. Festas cariocas, 216
9. Pedra da Gávea, 230

Agradecimentos, 251

1. Tiros na madrugada

Em 1^o de janeiro de 2003, Lula tomou posse na presidência da República e eu fui nomeado secretário nacional de Segurança Pública. Mudei-me para um hotel em Brasília, mas retornava à minha cidade sempre que possível. Um mês depois, o porteiro do prédio em que meus pais moram desde os anos 1960, em Laranjeiras, onde cresci e me hospedava quando estava no Rio, foi despertado da sonolência na madrugada quente, típica do verão carioca. Levantou-se da cadeira, circundou a mesa, adiantou-se até o limite do portão gradeado, atrás do jardim que separa o prédio da calçada.

Naquela parte do bairro nada acontecia, sobretudo à noite. Mesmo nas piores épocas do Rio de Janeiro, quando a decadência econômica e a crise social transbordavam numa espiral efervescente de violência, nos anos 1980 e 1990, aquela região permaneceu mais ou menos imune ao contágio.

O porteiro foi espiar mais de perto. Não lhe passou pela cabeça a imprudência de sua curiosidade. O carro não estacionou nem voltou a mover-se. O motor permanecia ligado. Namorados

despedindo-se atrás dos vidros escuros? O automóvel lembrava uma viatura policial descaracterizada. Não parecia a embalagem de uma cena romântica. Um homem saiu à direita do motorista. A porta ficou aberta. Afastou-se do carro, lentamente, de costas, em direção ao meio da rua deserta, mantendo-se de frente para a portaria, olhando para o alto do prédio. Quase ao mesmo tempo, outros dois homens abriram as portas traseiras, saltaram com agilidade e se posicionaram ao lado do primeiro.

O porteiro intuiu que alguma coisa estava para acontecer e congelou. Alguma coisa muito ruim e significativa, que ele contaria aos netos. Suspendeu a respiração. Os três estavam armados. Percebeu que contar aos netos talvez fosse um cálculo otimista quando os três começaram a atirar. Jogou-se no chão e mal pôde ver os homens enfiarem-se no carro, que saiu cantando pneu. Os tiros de pistola quebraram janelas de diversos apartamentos em vários dos nove andares. O porteiro custou a livrar-se de um torpor agora muito diferente do sono. Tinha a impressão de que a temperatura despencara como se a cidade tropical dos biquínis e das praias, em pleno verão calcinante, mergulhasse na idade do gelo.

O telefonema de minha mãe me acordou, em Brasília, antes que meus assessores, os policiais e os repórteres entrassem em cena. Não demorei a entender o que tinha acontecido. Decifrei o recado, imediatamente. Não havia qualquer sutileza na mensagem. Explico.

Quando meu trabalho no governo começava a engrenar, fui procurado por alguns homens da Polícia Rodoviária Federal, no Rio de Janeiro. Precisavam falar comigo, privadamente. A conversa foi curta e objetiva. Eles confiavam em mim o suficiente para se arrisarem a trazer-me denúncias muito graves sobre o então superintendente, o homem que comandava a instituição no Rio. As informações eram inacreditáveis e envolviam receptação de

carga roubada, adulteração de combustível, contrabando e outros crimes. Os esquemas estavam documentados e as descrições eram realmente impressionantes. Havia fotos de um galpão no qual entravam e saíam caminhões transportando combustível adulterado. Imagens de operações nas rodovias federais que cruzavam o estado do Rio de Janeiro e relatos sobre como se processavam para camuflar cargas roubadas e furtadas. A blitz era realizada depois que os veículos envolvidos no esquema eram avisados e se detinham em postos de gasolina, no vizinho estado de São Paulo, aguardando o sinal.

Pedi aos policiais que indicassem dois colegas para acompanhar-me, imediatamente, a Brasília. Telefonei ao diretor-geral da PRF — o comandante nacional da instituição — e o convidei para uma reunião, em meu gabinete, na capital federal. Tomamos o primeiro voo. A reunião foi tensa. O diretor custou a convencer-se. Ironizou as acusações, desprezou as evidências, duvidou de cada denúncia. Nosso relacionamento não era dos melhores. A cordialidade era estritamente protocolar. Ele sabia que eu havia sido contrário à sua nomeação pelo ministro da Justiça, que, aliás, nesse caso, apenas atendia à orientação da Casa Civil. O que estava por trás daquele movimento de peças era a manobra política ao velho estilo: o governo federal aceitara indicação de um governador do sul do país em troca de apoio no Congresso Nacional. Antes da decisão, fui visitá-lo em seu estado. Quis ouvi-lo sobre sua instituição. Que diagnóstico fazia? Quais propostas defendia? Como avaliava a crise nacional da segurança pública e de que forma sua corporação poderia contribuir para mudanças substanciais? O candidato a diretor-geral nada tinha a dizer. Era um homem simpático, bem entrosado com o governador, com aguçado faro político.

A reunião começava a dar voltas em torno dos mesmos pontos. O diretor-geral mostrava-se firmemente refratário a qualquer

atitude. Limitava-se a desqualificar argumentos e relatos. Senti a necessidade de elevar o tom. Exigi a exoneração do superintendente do Rio de Janeiro. Mesmo que tudo fosse um engano, um mal-entendido ou uma armação, o fato é que ele não poderia continuar ocupando um cargo de confiança de tamanha responsabilidade, enquanto o caso não fosse esclarecido. Finalmente, o diretor rendeu-se, quando ameacei ir diretamente ao presidente. Eu estava blefando. O presidente deixara de receber o segundo escalão desde a posse. O núcleo duro blindara o gabinete. Mas estávamos no início do mandato. O diretor não tinha ideia de como as coisas funcionavam. Talvez imaginasse que os militantes do PT éramos todos íntimos e decidíamos em assembleia permanente. Ele provavelmente me atribuía mais poder do que eu tinha. Fiz o possível para não o dissuadir. Passei-lhe a mensagem velada de que, recusando-se a tomar a providência cabível, ele se tornaria tão vulnerável quanto o funcionário que protegia. Sua atitude poderia ser interpretada como cumplicidade ou, na melhor das hipóteses, resistência a adaptar-se aos métodos éticos e transparentes de nosso governo. Passara o tempo das conciliações corporativistas.

Na manhã seguinte o *Diário Oficial* registrava a exoneração do posto de superintendente da PRF no Rio de Janeiro, que é um cargo de confiança — não houve demissão da polícia, evidentemente, porque isso requer longo processo, que envolve investigação e, claro, amplo direito de defesa.

Em torno do meio-dia, o superintendente afastado passou a me telefonar insistentemente. Assessores que atendiam meu celular estranharam a atitude e perceberam a indisfarçável agressividade no tom da voz. Estranharam porque os policiais costumam respeitar a hierarquia e a disciplina, mesmo em situações tensas. Ligar diretamente a um secretário nacional não ocorre nunca a um profissional de posição subalterna. Não que eu me impor-

tasse com essas coisas. Mas era significativo. O recado que me mandava, repetidamente, era o seguinte: ele sabia que fora eu o responsável por sua exoneração. Que não era justo; não podia acontecer.

Atribuímos a impertinência à revolta natural, sobretudo em se sabendo das consequências, uma vez que, dados os motivos, a exoneração seria apenas o primeiro passo de um procedimento de apuração, administrativo e criminal. Isso caíra como uma bomba na vida do superintendente. Era compreensível o desespero. A impunidade se tornou tão comum no Brasil que rompê-la causa perplexidade.

Não dei maior importância aos telefonemas.

Uma hora depois, recebemos um comunicado urgente do departamento de inteligência da Secretaria de Segurança do estado do Rio de Janeiro. O Disque Denúncia, serviço gratuito de denúncias anônimas, recebera informação de que essa mesma pessoa estaria preparando um atentado contra mim. Era muita coincidência, ainda que isso pudesse vir de inimigos do ex-superintendente, interessados em levá-lo ainda mais para o fundo. Em ambientes minados, nunca se sabe. De todo modo, nos vimos obrigados, eu e minha equipe, a intensificar as medidas de segurança. Até porque eu estava de partida para o Rio.

À noite, na rua do Catete, bairro carioca de classe média, o segundo carro de minha segurança — passei a circular com dois — identificou um Passat branco com quatro homens nos seguindo. Numa manobra ágil, o Passat foi fechado, mas o motorista desconhecido foi ainda mais rápido, subiu na calçada e fugiu pela contramão por uma rua lateral. O carro da segurança não tinha licença para segui-lo, porque a norma elementar recomenda cautela com esses movimentos que podem ser meras ações diversio-nistas, realizadas exatamente com a intenção de atrair a atenção do veículo que atua na cobertura, deixando o alvo vulnerável. Descobrimos, em seguida, que a placa do Passat era fria.

Dois ou três dias depois, aconteceu o ataque ao prédio.

Começaram a chegar outros recados supostamente oriundos do ex-superintendente, o homem cuja exoneração eu provocara: “quem ri por último ri melhor”. As mensagens mencionavam um nome e garantiam que essa pessoa substituiria o superintendente exonerado. Tratava-se, diziam, de gente sua. Gente de seu grupo político. Eu não perdia por esperar.

Levei o caso ao ministro da Justiça, meu superior hierárquico. Aliás, compartilhei com ele todos os lances do episódio, desde o início.

Aproximadamente uma semana depois dos tiros em Laranjeiras, o ex-superintendente sofreu um atentado e quase perdeu um braço. Sobreviveu por milagre. Nosso pessoal da inteligência correu à delegacia e constatou uma curiosa interferência de seu irmão, policial civil, no boletim de ocorrência, o qual registrava apenas uma tentativa de assalto. Aos poucos, deciframos o enigma: o ex-superintendente, provavelmente, já havia recebido — antes da exoneração — pagamentos por “serviços” ou “produtos” que não poderia mais entregar em função da perda do cargo.

Avisei ao ministro sobre mais esse lance e lhe pedi todo o cuidado na nomeação do substituto. Solicitei à direção-geral da Polícia Federal que determinasse uma investigação imediata e rigorosa.* O quadro se tornava cada vez mais complicado e a cada dia mais tenso.

Alguns dias depois, em Brasília, cedo pela manhã, senti um

* No Brasil, há duas polícias com autoridade nacional, sob o controle do Ministério da Justiça e, portanto, do governo federal: a Polícia Federal, cuja responsabilidade é investigar crimes federais; e a Polícia Rodoviária Federal, cuja atribuição é fiscalizar e patrulhar as rodovias federais em todos os estados.

soco na boca do estômago quando li o *Diário Oficial*, o órgão que divulga as decisões do Poder Executivo, levado a mim por um assessor inteiramente transtornado. O ministro da Justiça nomeara a tal pessoa que o ex-superintendente anunciara em seus recados irônicos e ameaçadores. Desci aos saltos a escada privativa que ligava meu gabinete ao do ministro. Entrei sem fôlego e sem voz. Ele estava de pé e se antecipou. Sabia por que eu estava ali e imaginava meu sentimento. Ele próprio estava muito chateado e desconfortável, mas, infelizmente, fora impossível impedir a nomeação. José Dirceu já havia negociado com Roberto Jefferson aquela superintendência e o acordo tinha sido fechado.

José Dirceu era ministro da Casa Civil. O homem forte do governo Lula. Seria primeiro-ministro se o regime fosse parlamentarista. Ajudara a fundar e organizar o Partido dos Trabalhadores, o qual presidira, e coordenara a campanha vitoriosa à presidência. Uma espécie de Bismarck bolchevique. Ele cairia dois anos depois sob acusação de ter montado o maior esquema — até aquele momento — de corrupção política da história do Brasil para comprar apoio de parlamentares. Foi denunciado por Roberto Jefferson, deputado federal pelo Rio de Janeiro e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro. Para comprovar a acusação, Jefferson agiu como camicase: confessou o próprio envolvimento, o que lhe custou o mandato parlamentar. Ambos foram condenados à prisão pelo Supremo Tribunal Federal, em 2013. Dirceu, a sete anos e onze meses, e a pagar multa de 676 mil reais; Jefferson, a sete anos e catorze dias, e à multa de 746,2 mil reais. As condenações não se referiam ao episódio relatado, o qual não envolvia provas de que houvesse interesses subalternos — a menos que assim se qualifique a troca de um tratamento estritamente profissional da Segurança Pública por acordos políticos em torno de cargos e aparelhamento institucional.

O ex-superintendente exonerado foi preso pela Polícia Fe-

deral em 2004. As acusações confirmaram-se. Ele havia sido indicado pelo deputado Jefferson, assim como seu sucessor o seria.

Talvez o mais extraordinário desta história seja seu desfecho premonitório. Quando o ministro mencionou os nomes de Dirceu e Jefferson, eu me surpreendi, porque nunca os ouvira pronunciados na mesma frase, e como aliados. É verdade que política exige flexibilidade, concessões, negociação. Mas há limites. Percebi que os limites estavam sendo ultrapassados. Já vivenciara outras circunstâncias que abalaram minha confiança no Partido dos Trabalhadores e em alguns de seus líderes. Mas, naquele momento, fui tomado por um sentimento fundo que me prostrou. Fiquei frente a frente com minha impotência. Houve um precedente que transformava o que estava acontecendo em um grande constrangimento político e pessoal.

No período de transição entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, entre outubro e dezembro de 2002, dezesseis associações estaduais de policiais rodoviários federais me solicitaram uma audiência conjunta. Eles acreditavam que eu viria a ocupar alguma posição destacada no governo Lula, que assumiria em janeiro de 2003. Naquela época, eu era apenas membro do grupo de transição, porém o único representante das áreas de Justiça e Segurança. Portanto, mesmo que o prognóstico que faziam não se confirmasse, minha responsabilidade era repassar recomendações às futuras autoridades governamentais, o que tornava nosso encontro suficientemente relevante. A maior sala do andar foi pequena para receber tanta gente. Apesar das cadeiras extras, formando um segundo círculo em torno da mesa ovalada, muitos visitantes ficaram de pé.

A reunião foi comovente para qualquer pessoa que vivenciasse o dia a dia das instituições policiais e soubesse quão difícil era (e continua sendo) a luta contra a corrupção. Por intermédio de seus porta-vozes, me disseram que estavam ali para me fazer

um único pedido. Eu estava mais do que preparado para lhes explicar quão difícil seria para o presidente, no começo do mandato, elevar salários e benefícios, por mais merecidos que fossem. A situação econômica era grave. O medo do suposto radicalismo socializante de Lula afugentara capitais e desestabilizara a moeda. O dólar havia disparado e o país enfrentava grande crise de confiança no mercado internacional. Tinha na ponta da língua as justificativas com as quais tentaria persuadir meus interlocutores a aceitar uma trégua e ter paciência.

— Um único pedido — disse o líder do grupo, pausadamente, redobrando a força do que viria a seguir. — Que o próximo governo não faça o que os anteriores fizeram, e que está acabando conosco.

Não rompi o silêncio que tomou conta da sala e deu um tom de gravidade àquele instante. Esperei. O orador continuou:

— Que o governo Lula não aparelhe a Polícia Rodoviária Federal, não entregue aos políticos mais poderosos de cada estado a nomeação do superintendente estadual. Até hoje, sempre foi assim. Isso nos humilha, arruína a carreira e a instituição, e inviabiliza nosso trabalho. Como agir com isenção se o cargo mais importante em cada estado pertence, na prática, ao chefe político, aliado ao governo federal? Se o senhor quer saber quem manda pra valer na PRF, em primeiro lugar esqueça a natureza federal da instituição. Ela está fatiada. A resposta está no poder político local. Quer saber quem manda na PRF no estado da Bahia? Antonio Carlos Magalhães. No Pará? Jader Barbalho. No Maranhão? José Sarney. A PRF virou moeda de troca para o jogo político.

O rapaz falava com emoção.

Afirmar que jamais me esqueceria daquele encontro, porque o que se passava ali era inusitado. Nunca havia participado de uma reunião de tipo eminentemente sindical sem que se cogitassem os temas corporativos. Os policiais estavam ali para pedir

ajuda no combate à corrupção e no esforço de qualificar seu desempenho. Que os futuros governantes pelo menos não atrapalhassem. Não pediram mais nada. Só desejavam ser respeitados, que sua instituição fosse respeitada, que o interesse público fosse respeitado. Ainda há esperança de que a gente construa, no Brasil, uma república democrática digna deste nome, foi o que eu disse. E o fiz com sinceridade. Completei: aumento salarial eu não poderia prometer, mas respeito e combate à corrupção, não só prometo: garanto. Mesmo que eu não venha a participar do governo, lhes afirmo que nunca mais haverá negociata política em torno de cargos na PRF.

A memória daquela tarde não combinava com o lamento blasé do ministro, que driblava o inconveniente como quem desvia de uma poça de lama na calçada sem deter-se. Havia uma agenda urgente a cumprir. Não fazia sentido perder tempo com miudezas. O ministro não disse nada disso. Deixou entrever. Era um homem elegante e sofisticado. Dedicou ao incidente a atenção que se devota a um incidente. Diante dele alinhavam-se desafios maiores. As paredes de vidro do belo prédio de Oscar Niemeyer projetavam o gabinete sobre a Esplanada e a praça dos Três Poderes. O ministro tinha os olhos postos nos interesses superiores da nação e da classe operária. Seu horizonte era a história. O que me restava, além da pusilanimidade?

Deixei o gabinete com a cabeça pesada, as barbas de molho, uma vergonha acabrunhante e o desejo de chutar o balde.

O problema é que, em certa medida, este melancólico e deprimente roteiro era previsível. A certeza com que me dirigi aos policiais rodoviários federais durante a transição expressava mais vontade do que convicção e confiança. Ao tentar convencê-los com tanta veemência, no fundo, buscava convencer-me a mim mesmo.

O ano anterior tinha sido intenso. Lula era candidato à presidência pela quarta vez e com chances efetivas de vencer. No Rio de Janeiro, fui convidado a candidatar-me a vice-governador, na chapa da ex-senadora petista Benedita da Silva, então vice-governadora do Estado, que assumiria o governo provisoriamente a partir de abril de 2002 e se candidataria à reeleição em outubro. O governador Anthony Garotinho, também candidato à presidência, teria de se desincompatibilizar, passando o governo à sua vice, Benedita. Depois de hesitar por algum tempo, aceitei sob duas condições, que discutimos em um jantar no Leme. Bené, como era chamada carinhosamente, deveria governar de modo transparente e em diálogo estreito com os movimentos sociais, compondo um secretariado pluralista, com nomes respeitáveis da sociedade civil, tecnicamente experimentados, sem vínculos partidários. Se governasse assim por nove meses, teria chances reais de vencer as eleições. Mesmo que fosse derrotada, deixaria um legado inspirador. Temíamos que Garotinho deixasse uma bomba armada para explodir no colo da substituta: cofres vazios, dívidas vencidas, contratos descumpridos, serviços suspensos, folha salarial sem cobertura, ausência de informações. Por isso, disse a Bené que minha segunda condição era que ela se comprometesse a submeter as contas públicas e a situação financeira do Estado a uma auditoria independente, assim que assumisse o governo. Se não fizesse isso, correria o risco de herdar o caos e ser acusada por desmandos que não seriam dela.

Naquela noite tudo fluía às mil maravilhas. Bené concordou com as condições. Brindamos à nossa parceria. Ela é uma mulher extraordinária. A primeira negra, ex-moradora de favelas, ex-empregada doméstica, a ocupar posições de destaque na República. Estar a seu lado na chapa majoritária do PT, no Rio de Janeiro, era um privilégio, que eu estava disposto a honrar com meu trabalho. A primeira tarefa que me passou, confirmando na prática a dis-

posição de cumprir nosso acordo, foi justamente iniciar consultas informais com vistas à composição de um secretariado de nível ministerial.

Algumas decepções abalaram minha ingenuidade tardia. Em fins de março de 2002, às vésperas de assumir o governo, depois de um dia inteiro de discussões sobre a composição do governo, em sua casa, em Jacarepaguá, Bené anunciou o secretariado. Os nomes não eram suprapartidários nem consagrados por larga experiência. O governo foi composto, salvo exceções, por militantes petistas vinculados a deputados, candidatos à reeleição, e alguns técnicos por eles indicados. Em vez de sinalizar com a perspectiva de um grande governo, ainda que em curto período, à altura da gravidade dos desafios impostos pela realidade crítica do estado do Rio de Janeiro, Bené mostrava, com indisfarçável constrangimento, que se rendera ao domínio de interesses eleitorais de seu partido. À frente do governo, encontrou um quadro financeiro-administrativo deteriorado. A situação era muito mais séria do que antecipáramos. Não havia recursos nem para cumprir os compromissos mais imediatos com os programas sociais indispensáveis à sobrevivência dos mais pobres. A revolta popular contra o novo governo estava contratada. Só restava um meio de evitar a injusta transferência de responsabilidades: a auditoria externa. Mas a providência tinha de ser tomada com urgência ou não haveria como desarmar a bomba política. A governadora recusou-se a convocar a auditoria, o que significava que ela agia contra seus interesses, o bom senso, o compromisso assumido comigo e os apelos da militância partidária. Por quê?

Eu lhe telefonava todos os dias. Ela deixou de atender ou responder às chamadas. Quando ligava de volta, uma semana depois, suas primeiras palavras eram, sistematicamente:

— Luiz Eduardo, você não atende meus telefonemas, não retorna. Onde está você? Por que não quer falar comigo?